



**MERCOSUL/RAPIM/ATA N° 02/21**

**XIV REUNIÃO ORDINÁRIA DA REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS (RAPIM)**

Realizou-se, no dia 09 de dezembro de 2021, no exercício da Presidência *Pro Tempore* do Brasil (PPTB), a XIV Reunião Ordinária da Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas (RAPIM), por sistema de videoconferência, em conformidade com o disposto na Resolução GMC N° 19/12, com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai.

A PPTB, em seu caráter de Presidência *Pro Tempore*, deu as boas-vindas às delegações presentes, desejando um bom desenvolvimento da reunião e colocou à consideração a agenda que foi aprovada no Anexo correspondente.

A Lista de Participantes consta no **Anexo I**.

A Agenda consta no **Anexo II**.

O Resumo da Ata consta no **Anexo III**.

Durante a reunião, foram tratados os seguintes temas:

**1. APRESENTAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA A PANDEMIA DE COVID-19 EM POVOS INDÍGENAS**

O presidente da Funai em representação da PPTB realizou uma apresentação detalhando as principais ações e estratégias desenvolvidas para o combate ao coronavírus, como a entrega de 1,1 milhão de cestas básicas a indígenas desde o início da pandemia. Igualmente, destacou os principais desafios e perspectivas para 2022, entre elas, o incentivo ao etnodesenvolvimento a fim de melhorar as condições de vida nas aldeias.

A delegação do Paraguai comentou sobre as principais ações e medidas adotadas no combate na pandemia nas comunidades indígenas, as principais campanhas desenvolvidas e os esforços realizados para a obtenção do acordo para a vacinação deles e, por último, os desafios pendentes.

A delegação do Uruguai referiu-se à situação atual da pandemia e às principais ações realizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MIDES).

A delegação da Argentina referiu-se à situação atual da população indígena em seu país, destacando as diferentes situações deles, tanto nas cidades como nos territórios isolados e as principais ações desenvolvidas em seu país e sobre a

importância de dar maior acompanhamento, apoio e procurar estratégias de proteção pela RAPIM.

As apresentações constam como **Anexo IV**.

## **2. ETNODESENVOLVIMENTO: INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES SOBRE BOAS PRÁTICAS RELACIONADAS À PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS E COMERCIAIS INDÍGENAS**

O diretor da Funai realizou uma apresentação sobre as principais experiências de etnodesenvolvimento do Brasil. Destacou os resultados altamente positivos obtidos pelas etnias Pareci, Nambikwara e Manoki com o cultivo de grãos e pelos Suruí com a produção de café, entre outros.

A delegação da Argentina destacou as principais políticas desenvolvidas pelo INAI no fomento, na promoção e na proteção de direitos da população indígena.

A delegação do Paraguai referiu-se aos principais instrumentos jurídicos de proteção a povos indígenas e os organismos encarregados de seu acompanhamento e administração dos projetos. Igualmente, referiu-se aos principais projetos com impacto positivo e de sucesso para as comunidades.

A delegação do Uruguai referiu-se ao trabalho feito para a identificação e diálogo com as comunidades residentes em seu país. As apresentações constam como **Anexo V**.

### **2.1 Debate e definição dos temas a serem discutidos nas próximas reuniões**

A delegações coincidiram em propiciar atividades que permitam um debate entre membros da RAPIM sobre a conceitualização de desenvolvimento com a identidade, o biocultural e o etnodesenvolvimento.

## **3 ACESSO À DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA: POSSIBILIDADES DE IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NOS REGISTROS CIVIS**

A PPTB apresentou a plataforma que permite o pleno acesso a identificação civil e demais documentos de identificação como: certidão de criança nascida com vida ou adulto (tardio), declaração de nascido vivo (DNV), registro civil de nascimento (CN) e demais documentos civis para obter a plena cidadania. 

A delegação da Argentina mencionou que desde 2004 há formação do cadastro, e que ainda não é diferenciado dos demais cidadãos argentinos. 

A delegação do Paraguai comentou que os grupos indígenas não possuem limitações nem diferenças com os demais cidadãos da República, e que o INDI fornece cédula de identificação étnica às pessoas que pertencem a alguma comunidade indígena, conforme estabelece a Lei N° 904/81. 

A delegação do Uruguai manifestou que Uruguai possui uma política geral sobre o tema e não específica como os demais países.

Os relatórios e as apresentações constam como **Anexo VI**.

#### 4 RELATÓRIOS IPPDH

O IPPDH comentou sobre a culminação das tarefas encomendadas ao IPPDH sobre a elaboração do compêndio de experiências de participação dos povos indígenas em políticas públicas nacionais no MERCOSUL, e sobre o desenho da seção *web* da RAPIM sobre os quais aguardam comentários.

As delegações acordaram uma prorrogação para o encaminhamento de comentários ao compêndio até a segunda quinzena de março do ano que vem.

Igualmente, acordaram encaminhar informações e comentários sobre o desenho da seção *web* da RAPIM na página do IPPDH.

#### 5. INTERVENÇÕES DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

A RAPIM tomou nota dos comentários e solicitações da comunidade civil os quais constam como **Anexo VII**.

#### PRÓXIMA REUNIÃO

A próxima reunião da RAPIM ocorrerá em data oportuna a ser indicada pela PPT.

#### ANEXOS:

Os Anexos que fazem parte da presente Ata são os seguintes:

<b>Anexo I</b>	Lista de Participantes
<b>Anexo II</b>	Agenda
<b>Anexo III</b>	Resumo da Ata
<b>Anexo IV</b>	Apresentações sobre a luta contra a pandemia de covid-19 em povos indígenas
<b>Anexo V</b>	Apresentações sobre etnodesenvolvimento
<b>Anexo VI</b>	Apresentações e informações sobre acesso à documentação civil básica
<b>Anexo VII</b>	Comentários da Sociedade civil

--	--

 <hr/> <p>Pela delegação da Argentina Ignacio Prafil, Instituto Nacional de Assuntos Indígenas</p>	<p>De ordem:</p>  <hr/> <p>Pela delegação do Brasil Marcelo Augusto Xavier da Silva, Fundação Nacional do Índio (Elisabete Ribeiro Alcântara Lopes <i>Presidente-Substituta</i>)</p>
 <hr/> <p>Pela delegação do Paraguai Claudelina González, Instituto Paraguai do Indígena</p>	 <hr/> <p>Pela delegação do Uruguai Javier Díaz, Ministério das Relações Exteriores</p>

## **ANEXO III**

### **XIV REUNIÃO ORDINÁRIA DA REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS (RAPIM)**

**Videoconferência, 09 de dezembro de 2021**

**ATA Nº 02/21**

#### **RESUMO DA ATA**

##### **I- BREVE INDICAÇÃO DOS TEMAS TRATADOS**

Foram tratados os temas da Agenda, da XIV Reunião Ordinária da Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas (RAPIM) que consta no Anexo II da Ata Nº 02/21.

##### **II- PROJETOS DE NORMAS**

Não foram elevados projetos de normas.

##### **III- DOCUMENTOS ELEVADOS À CONSIDERAÇÃO DO CMC**

Não foram elevados.

- 

##### **IV – SOLICITAÇÕES**

Não foram elevadas.

## **XIV Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM)**

**Brasília, 9 de dezembro de 2021  
15h00 às 18h00**

### **AGENDA**

- 1. Boas-vindas do Presidente da FUNAI**
- 2. Aprovação da agenda;**
- 3. Apresentação sobre a luta contra a pandemia de COVID-19 nos povos indígenas;**
- 4. Etnodesenvolvimento: troca de informações sobre boas práticas relativas à promoção de atividade produtivas e comerciais indígenas:**
  - 4.1 – Apresentações**
    - Ordenamento jurídico básico relativo ao tema;
    - Principais políticas públicas de promoção da produção por indígenas;
    - Histórias de sucesso sobre comercio seja direto ou indireto com povos indígenas.
  - 4.2 – Debate e definição de temas que serão discutidos nas próximas reuniões**
- INTERVALO**
- 5. Acesso à documentação civil básica: possibilidades de identificação da população indígena nos registros civis**
  - Apresentações
  - Debate
- 6. Informes do IPPDH**
- 7. Intervenções de representantes da sociedade civil**
- 8. Elaboração e assinatura da ata**

## ANEXO I

### XIV REUNIÃO ORDINÁRIA DA REUNIÃO DE AUTORIDADES SOBRE POVOS INDÍGENAS (RAPIM)

Videoconferência, 09 de dezembro de 2021

ATA Nº 02/21

#### LISTA DE PARTICIPANTES

#### DELEGAÇÃO DA ARGENTINA

NOME	ÓRGÃO	E-MAIL
Ignacio Prafil	Instituto Nacional de Assuntos Indígenas	pcoike@yahoo.com

#### DELEGAÇÃO DO BRASIL

NOME	ÓRGÃO	E-MAIL
Marcelo Augusto Xavier da Silva	Fundação Nacional do Índio	presidencia@funai.gov.br
Fernando Fantazzini Moreira	Fundação Nacional do Índio	presidencia@funai.gov.br
Fabrcio Arthur Galupo Magalhães	Fundação Nacional do Índio	presidencia@funai.gov.br
Daniel Piza	Fundação Nacional do Índio	daniel.piza@funai.gov.br
Claudia Canongia	Gabinete de Segurança Institucional	claudia.canongia@presidencia.gov.br
Claudio Peixoto	Gabinete de Segurança Institucional	claudio.peixoto@presidencia.gov.br
Breno Gonçalves	Gabinete de Segurança Institucional	breno.goncalves@presidencia.gov.br
Marcelo Alves Miranda	Ministério da Saúde	aai@saude.gov.br
Ana Carolina Bezerra	Ministério da Saúde	aai@saude.gov.br
Aletheia dos Santos Almeida	Ministério da Saúde	aai@saude.gov.br
Dayanna Fagundes Silva	Ministério da Mulher, da	internacional@mdh.gov.br

	Família e dos Direitos Humanos	
Débora Lobato	Ministério das Relações Exteriores	debora.lobato@itamaraty.gov.br

### DELEGAÇÃO DO PARAGUAI

NOME	ÓRGÃO	E-MAIL
Claudelina González	Instituto Paraguayo do Indígena	<a href="mailto:aniledualc@gmail.com">aniledualc@gmail.com</a> <a href="mailto:claugonpala@gmail.com">claugonpala@gmail.com</a>
Lujan Ruiz Díaz	Divisão Geral de Direitos Humanos – Ministério da Justiça	<a href="mailto:derechoshumanos.mjt@gmail.com">derechoshumanos.mjt@gmail.com</a> <a href="mailto:lujanruiz01@gmail.com">lujanruiz01@gmail.com</a>
José Ozorio	Diretor de Povos Indígenas – Divisão Geral de Registro do Estado Civil – Ministério da Justiça	<a href="mailto:contacto@registrocivil.gov.py">contacto@registrocivil.gov.py</a> <a href="mailto:direcciongeneralrec@gmail.com">direcciongeneralrec@gmail.com</a>
Natalia Dendia	Diretora de Comunicação – Ministério da Justiça	<a href="mailto:derechoshumanos.mjt@gmail.com">derechoshumanos.mjt@gmail.com</a>
Juan José Mancuello	Diretor de Direitos Humanos / Ministério das Relações Exteriores	<a href="mailto:jjmancuello@mre.gov.py">jjmancuello@mre.gov.py</a>
Sofía Méndez	Unidade Geral de Direitos Humanos / Ministério das Relações Exteriores	<a href="mailto:smendez@mre.gov.py">smendez@mre.gov.py</a>
Dalila Oviedo	Divisão Nacional de Saúde dos Povos Indígenas	<a href="mailto:derechoshumanos@mspbs.gov.py">derechoshumanos@mspbs.gov.py</a>
Mariela Muñoz	Secretaria Nacional de Cultura	<a href="mailto:snc.interculturalidad@gmail.com">snc.interculturalidad@gmail.com</a>

### DELEGAÇÃO DO URUGUAI

NOME	ÓRGÃO	E-MAIL
Javier Díaz	Unidade Étnico-Racial do Ministério das Relações Exteriores	<a href="mailto:etnico.racial@mrree.gub.uy">etnico.racial@mrree.gub.uy</a>

# **INSTITUTO PARAGUAYO DEL INDIGENA - INDI**

## **INFORME RAPIM 2020-2021**

### **1. LA LUCHA CONTRA LA PANDEMIA DE COVID-19 EN LOS PUEBLOS INDÍGENAS**

El Estado Paraguayo, a través del Instituto Paraguayo del Indígena (INDI) como ya lo hubiera informado en la RAPIM anterior, y desea hacer recordar que respondió sigue respondiendo a la emergencia sanitaria generada por el Covid-19 con la elaboración y puesta en vigencia de un Protocolo de Ingreso a las comunidades indígenas en tiempo de pandemia, establecido por resolución 171/2020 con el objetivo salvaguardar la salud y vida de los pueblos nativos en todo el territorio nacional. El documento dispone que el ingreso o salida de las comunidades debe ser por consulta libre, previa e informada a las autoridades pertinentes, como ser líderes políticos y/o religiosos y de presentarse una respuesta positiva para el ingreso se prevé las medidas estándares sanitarias, así como también las recomendaciones expuestas por las comunidades desde su cosmovisión y prácticas tradicionales de prevención y cuidado de la salud.

La misma consistió y consiste en la limitación del ingreso de personas, uso de implementos de bioseguridad, el distanciamiento, la desinfección de insumos, medicinas y todos los materiales que sean entregados a la comunidad. Con esta buena práctica, acompañada de campañas propagandísticas audiovisuales para impedir la propagación, de proyectos y estrategias de emergencias para evitar la salida de los indígenas de sus territorios se consiguió mantener a la población indígena en gran medida protegida.

Es bueno informar que se ejecutaron operaciones de emergencias que incluyeron la compra de semillas para producción de alimentos y la compra de animales menores que también fueron para la alimentación, la provisión de cestas básicas para los trabajos comunitarios, la asistencia con la provisión de medicamentos e insumos con los que no cuenta los hospitales dependientes del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social y distribución de kits de productos alimenticios no perecederos a fin de evitar la salida de miembros de comunidades indígenas

El INDI acompañó las acciones del Ministerio de Salud Pública, el cual pasara a exponer lo realizado....

### **2. ETNODESARROLLO: INTERCAMBIO DE INFORMACIONES SOBRE BUENAS PRÁCTICAS RELATIVAS A LA PROMOCIÓN DE LAS ACTIVIDADES PRODUCTIVAS Y COMERCIALES INDÍGENAS**

#### **- ORDENAMIENTO JURÍDICO BÁSICO RELATIVO A LA TEMÁTICA**

Por derecho constitucional los pueblos indígenas tienen garantizado la preservación y desarrollo de su identidad étnica, según su pueblos y formas particulares de vida, así como

la aplicación de sus sistemas de organización, entre ellas la económica; está prohibida la regresión demográfica, la explotación económica y la alienación cultural. El ente rector de las políticas para pueblos indígenas, INDI, en cumplimiento de la Ley 904/1981 vela por la preservación social y cultural de las comunidades indígenas, la defensa de su patrimonio y sus tradiciones, el mejoramiento de sus condiciones económicas, para asegurar la viabilidad económica y cultural de las familias indígenas, para lo que por cuenta propia o en coordinación con otras instituciones del Estado, ejecuta las acciones necesarias que demandan los asentamientos indígenas; como ser programas de desarrollo de las comunidades indígenas.

Aparte de las regulaciones ya citadas, las otras reglamentaciones sobre los programas, proyectos y actividades relacionadas al desarrollo comunitario son:

- Convenio 169 de la OIT.
- Decreto 1039/18 “Por la cual se aprueba el; “Protocolo de Consulta y consentimiento Previo Libre e informado con los pueblos indígenas que habitan el Paraguay”.
- Resolución 1324/11 “Por la cual se aprueba el Programa de Apoyo a los pueblos indígenas en su Hábitat”
- Resolución INDI N° 440/2017 “Por la cual se aprueba el nuevo procedimiento para el diagnóstico, elaboración, ejecución y rendición de recursos transferidos por el INDI a las comunidades y organizaciones indígenas en su territorio”.

#### **- Principales Políticas Públicas de Promoción de la Producción por Indígenas;**

##### Fomento de Actividades Productivas y Comerciales/ Emprendimientos Indígenas:

La Dirección de Etnodesarrollo del INDI acompaña los emprendimientos indígenas ejecutando los proyectos comunitarios que, en consulta y con el consentimiento previo libre e informado, se realizan en los territorios de las comunidades con la participación activa de sus miembros, dentro del programa “Apoyo a los pueblos indígenas en su hábitat”. Los rubros que abarcan estos proyectos son:

- Producción Agroganadera para consumo comunitario.
- Elaboración y comercialización de Artesanía, Apicultura, Piscicultura, Cría y Comercialización de aves de corral y ganados menores,
- Mejoramiento de infraestructura para la comercialización de productos agrícolas y artesanías, acceso a servicios básicos, espacios de desarrollo cultural entre otros.

Con estos proyectos comunitarios, a pesar de la pandemia se logró beneficiar a casi 200 comunidades indígenas distribuidas en todo el territorio del país, en los años 2020 y 2021.

El INDI acompaña las acciones del Ministerio Agricultura y Ganadería, el cual pasara a exponer lo realizado....

### **3. ACCESO A DOCUMENTACIÓN CIVIL BÁSICA: POSIBILIDADES DE IDENTIFICACIÓN DE LA POBLACIÓN INDÍGENA EN LOS REGISTROS CIVILES.**

Es indígena aquella persona de uno de los 19 pueblos de las 5 familias lingüísticas que habitan el país, la descendiente de Madre y Padre indígena o Madre indígena o Padre indígena y viva en la comunidad o en contacto con su ser étnico respetando las reglas de su pueblo y practicando su cultura.

A aquella persona que viva en la comunidad o entorno étnico o esté casado/a, o unido/a un/a indígena, pero no tiene vínculo sanguíneo comprobable con un/a indígena, el INDI no puede proveerle el carnet de identidad étnica.

El indígena nacido dentro del territorio de la república obtiene la nacionalidad paraguaya, del mismo modo que aquel que la adopta mediante las formas establecidas en nuestras leyes y obtiene la ciudadanía a los 18 años de edad, lo cual le da el derecho a votar por las autoridades tanto nacionales como departamentales y locales, así mismo cumpliendo los requisitos legales pueden candidatarse a un puesto electivo.

Ya sabiendo cómo se determina la identidad como indígenas, sabemos que al contar con sus documentos de identidad étnica los miembros de las comunidades indígenas acceden a los derechos y beneficios que el Estado brinda al pueblo a través de los programas, proyectos y acciones de las distintas instituciones del Gobierno.

La identidad incluye nombre, apellido, fecha de nacimiento, sexo y nacionalidad en la cédula de identidad civil; y en el caso de los miembros de los Pueblos Indígenas en nuestro país, ellos se auto-identifican como indígenas a través de un carnet en el cual se detalla la etnia a la cual pertenecen y la comunidad en la que habitan o de la cual provienen.

El Instituto Paraguayo del Indígena, INDI a través de su Dirección de Registro de Comunidades e Identidad étnica, expide un Carnet de Pertenencia Étnica, a los indígenas en el INDI o llegando a las comunidades y esto último se realiza a través de un cronograma pre establecido, según pedidos de las propias comunidades a modo de llegar a la mayor cantidad de indígenas con el fin de asegurar el ejercicio efectivo de la ciudadanía y la participación de los Pueblos Indígenas en los procesos de formación del Estado.

Beneficios de los miembros de los pueblos y comunidades indígenas:

- ☑ Gratuidad a la expedición de Carnet de Pertenencia Étnica para sus miembros.
- ☑ Gratuidad en la inscripción en el Registro Civil de Nacimiento y expedición de los certificados para sus miembros.
- ☑ Gratuidad de la expedición de Cédulas Nacionales de Identidad para sus miembros.
- ☑ Gratuidad de la expedición de antecedentes judiciales.
- ☑ Prestar servicios sociales, civiles o militares de manera opcional.

El Instituto Paraguayo del Indígena en el 2020 entregó el carnet de identidad étnica a 10.000 indígenas de 50 comunidades y en lo que va del 2021 a 11.900 indígenas pertenecientes a 110 comunidades.

Seguidamente escucharemos a las instituciones proveedoras del certificado de nacimiento y cédula de identidad civil.....

## **INSTITUTO PARAGUAYO DEL INDÍGENA (INDI)**

### **INFORME RAPIM 2020-2021**

#### **1. LA LUCHA CONTRA LA PANDEMIA DE COVID-19 EN LOS PUEBLOS INDÍGENAS.**

El Estado Paraguayo, a través del Instituto Paraguayo del Indígena (INDI) como ya lo hemos informado en la RAPIM anterior, desea recordar que sigue respondiendo a la emergencia sanitaria generada por el Covid-19 con la elaboración y puesta en vigencia de un Protocolo de Ingreso a las comunidades indígenas en tiempo de pandemia, establecido por resolución 171/2020, con el objetivo salvaguardar la salud y vida de los pueblos nativos en todo el territorio nacional.

El documento dispone que el ingreso o salida de las comunidades debe ser por consulta libre, previa e informada a las autoridades pertinentes, como ser líderes políticos y/o religiosos y de presentarse una respuesta positiva para el ingreso se prevé las medidas estándares sanitarias, así como también las recomendaciones expuestas por las comunidades desde su cosmovisión y prácticas tradicionales de prevención y cuidado de la salud.

Mediante la misma se limita el ingreso de personas, se establece el uso de implementos de bioseguridad, el distanciamiento, la desinfección de insumos, medicinas y todos los materiales que sean entregados a la comunidad. Con esta buena práctica, acompañada de campañas propagandísticas audiovisuales para impedir la propagación, de proyectos y estrategias de emergencias para evitar la salida de los indígenas de sus territorios se consiguió mantener a la población indígena en gran medida protegida.

Es bueno informar que se ejecutaron operaciones de emergencias que incluyeron la compra de semillas para producción de alimentos y la compra de animales menores que también fueron para la alimentación, la provisión de cestas básicas para los trabajos comunitarios, la asistencia con la provisión de medicamentos e insumos con los que no cuenta los hospitales dependientes del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social y distribución de kits de productos alimenticios no perecederos a fin de evitar la salida de miembros de comunidades indígenas.



Nuestra Misión: "Cumplir, garantizar y velar por el fiel cumplimiento de los derechos indígenas, armonizando el mandato legal con la participación de los pueblos indígenas, en forma articulada y coordinada con otras instituciones".

Asunción, mayo de 2020.-

### ACCIONES INSTITUCIONALES ANTE EL COVID 19

Medidas aplicadas para impedir la propagación del coronavirus y reducir los efectos negativos que estas medidas puedan tener en los pueblos indígenas

Al respecto; el Instituto Paraguayo del Indígena informa, las siguientes acciones institucionales;

- En Marco de la implementación de medidas preventivas ante el riesgo de expansión del COVID-19, y en coordinación con otras organizaciones se trabajó sobre un protocolo orientativo para las comunidades indígenas en relación a la pandemia COVID -19. Además se elaboró una campaña específica orientada a Pueblos Indígenas sobre medidas a ser tomadas para impedir la propagación del coronavirus y; un protocolo de ingreso a comunidades indígenas para instituciones y la sociedad civil. Anexo al presente informe Resolución N 171/2020.
- Elaboración de proyectos de emergencias para solicitar financiamiento externo. El proyecto Incluye la compra de semillas para producción de alimentos y la compra de animales menores que también serían para la alimentación, la provisión de cestas básicas para los trabajos comunitarios.
- Asistencia a pacientes indígenas internados y casos urgentes con la provisión de medicamentos e insumos con los que no cuenta los hospitales dependientes del ministerio de Salud Pública y Bienestar Social, así como los traslados de pacientes con alta médica a sus respectivas comunidades de origen.
- Distribución Kits alimenticios a fin de evitar la salida de miembros de comunidades indígenas, exponiendo un resumen de asistencia realizada desde el 05 de marzo hasta el día 23 de abril de 2020;

INFORME GENERAL			
KITS DE ALIMENTOS			
Fecha: 05 de marzo de 2020		Hasta: 23 de abril de 2020	
DPTO.	CANTIDAD DE COMUNIDADES ASISTIDAS	CANTIDAD DE KITS DE ALIMENTOS	EQUIVALENTE EN TOTAL EN KG.
CAAGUAZU	139	5.828	174.840



Nuestra Misión: “Cumplir, garantizar y velar por el fiel cumplimiento de los derechos indígenas, armonizando el mandato legal con la participación de los pueblos indígenas, en forma articulada y coordinada con otras instituciones”.

ALTO PARANA	24	1.022	30.660
GUAIRA	24	1.255	37.650
CANINDEYU	152	6.979	209.370
SAN PEDRO	18	600	18.000
ITAPUA	23	600	18.000
CONCEPCION	15	850	25.500
CAAZAPA	12	910	27.300
CENTRAL	27	1.040	31.200
AMAMBAY	5	480	14.4000
<b>TOTAL:</b>	<b>361</b>	<b>19.564</b>	<b>586.930</b>

- Spot y audios sobre el coronavirus en diferentes idiomas de los pueblos indígenas; Los audios se encuentran en los siguientes links:

01- Este audio corresponde a Floris Yegros de Yalve Sanga (Nivakle)

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campanas-educativas-para-pueblos-indigenassobre-covid19-nivakle-1>

02- Material grabado por Elizabeth Ramírez de Cerrito del pueblo Qóm

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campanas-para-pueblos-indigenas-del-paraguaysobre-covid19-qom-2>

03- Grabado por Eliodoro Cabañas de la comunidad El Estribo del pueblo Enxet Sur

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campana-para-pueblos-indigenas-del-paraguaysobre-covid-19-enxet-sur-3>

04- Material grabado por Guillermina González Enlhet Norte

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campana-para-pueblos-indigenas-del-paraguaysobre-covid-19-enlhet-norte-4>

05- Material grabado por Claudelino Balbuena del pueblo Yshir

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campana-para-pueblos-indigenas-del-paraguaysobre-covid-19-yshir-5>

06- Grabado por Omar Valenzuela de la comunidad Tavyterä, distrito de Capitán

Bado - Amambay - Pueblo Paï Tavyterä

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campana-para-pueblos-indigenas-del-paraguaysobre-covid-19-pai-tavytera-6>

07- Grabado por Eliodoro Cabañas de la Comunidad El Estribo Enxet Sur

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campana-para-pueblos-indigenas-del-paraguaysobre-covid-19-enxet-sur-7>

08- Grabado por Elizabeth Ramírez, Cerrito - Pueblo Qóm

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campana-para-pueblos-indigenas-del-paraguaysobre-covid-19-qom-8>



---

Nuestra Misión: “Cumplir, garantizar y velar por el fiel cumplimiento de los derechos indígenas, armonizando el mandato legal con la participación de los pueblos indígenas, en forma articulada y coordinada con otras instituciones”.

09- Material grabado por Oscar Posoroja en idioma Ayoreo

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campana-para-pueblos-indigenas-del-paraguaysobre-el-covid-19-ayoreo-9>

10- Material grabado por Floris Yegros de la comunidad Yalve Sanga del pueblo Nivacle

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campana-para-pueblos-indigenas-del-paraguaysobre-el-covid-19-nivacle-10>

11- Este material fue grabado por Carlos Picanerai en idioma Ayoreo

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campana-para-pueblos-indigenas-del-paraguaysobre-el-covid-19-ayoreo-11>

12- Material grabado por Verónica Vázquez, educadora y comunicadora popular

<https://soundcloud.com/tierraviva20/campana-para-pueblos-indigenas-del-paraguaysobre-el-covid-19-guarani-12>

# Nova Funai



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



# Promoção do etnodesenvolvimento

- R\$ 30 milhões investidos nos últimos 2 anos
- Entrega de cerca de 40 tratores em 2021
- Apoio a projetos sustentáveis em todas as regiões do país
- Resultados alcançados: autonomia, geração de renda, fortalecimento cultural, melhoria das condições de vida nas aldeias



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

# Terra Indígena Pareci, Nambikwara e Manoki – Mato Grosso



- 05 TIs: 03 Pareci, 01 Manoki e 01 Nambikwara;
- Mais de 2.000 indígenas – direta e indiretamente beneficiadas;
- 20.000 hectares de área plantada;
- R\$120 milhões/ano;
- 15 anos de esforços;
- Regularização ambiental em andamento;
- Plantio sem crédito ou financiamento público;
- Atividade realizada em aproximadamente 1,7% da área indígena.



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



# Xavante – Mato Grosso

- Terra Indígena Sangradouro;
- Produção de 106 toneladas de arroz, o equivalente a 2.630 sacas do produto;
- 50 hectares de área plantada;
- Mais de 3.000 indígenas beneficiados de 57 aldeias;
- A conquista faz parte do Projeto Independência Indígena, iniciativa que busca incentivar a produção sustentável em comunidades indígenas do estado e recebe o apoio da Funai.



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

# Café Indígena

## Paiteer Suruí - Rondônia

- 5º Lugar na Semana Internacional do Café em Belo Horizonte/2019;
- Café Robusta Amazônico (Canéfora);
- 1.500 sacas comercializadas, a R\$ 700,00/cada Café "gourmet" tipo exportação;
- Parceria com o Grupo 3Corações;
- Previsão de expansão de 30.000 pés, para 100.000 pés de café;
- Produção em 0,5% da área indígena, principalmente em áreas já antropizadas.



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



## Cinta Larga – Terra Indígena Roosevelt e Parque Aripuanã – Rondônia e Mato Grosso

- Aproximadamente 60 toneladas de castanha comercializadas pelos indígenas Cinta Larga em duas Terras Indígenas: Roosevelt e Parque Aripuanã;
- A Cooperativa Extrativista de Castanhas Indígenas - COOCASIN - já mobiliza mais de 200 pessoas;
- Parcerias entre os indígenas, Funai, Embrapa, Governo do Estado de Rondônia e prefeituras locais.



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



## PROJETOS – REGIÃO NORDESTE



### Potiguaras

18% do camarão da Paraíba, 200 famílias envolvidas, receita de R\$ 1,5 milhão/ano. 33.000 hectares de área indígena, com atividade desenvolvida em espelho d'água de 130 hectares;

5.000 hectares de cana-de-açúcar, com 215.986 toneladas, com retorno de mais de R\$ 14 milhões/ano;

### Xokó-Kariri da Ilha de São Pedro

Produtores de mel, em processo de criação de Identificação Geográfica de Mel da Caatinga e Construção de Casas do Mel;

### Produção de Biscoitos das Mulheres Kiriri

Associação Comunitária Kiriri Santo André da Marcação, obteve o Selo Indígenas do Brasil em carnes de ovino, caprino, bovino, suíno, frango, ovos, castanha de caju, feijão, milho e produtos olerícolas (hortaliças);



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA





## Pesca Esportiva em TIs no Brasil

### 16 Experiências em Andamento:

- TI Pequizal do Naruvôtu;
  - TI Kayabi;
  - 02 TI Kayapó – 01 comunidade Kendjam e 01 comunidades Médio Xingu;
  - TI Tenharin Marmelos da Gleba B;
  - TI Médio Rio Negro II - Rios Jurubaxi, Uneuixi e Curicuriari;
  - TI Parque do Xingu, Aldeias Ngahünga, Kalapalo, Waurá, Morená, Moygu e Arayó;
- Em Abril de 2019, assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre Funai e a Confederação Brasileira de Pesca Esportiva.



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA





## Desafios e perspectivas para 2022

- Impulsionar ainda mais a produção sustentável nas aldeias
- Dar continuidade à entrega de tratores efetuada em 2021
- Ampliar o acesso dos indígenas ao crédito
- Firmar novas parcerias para a capacitação dos indígenas
- Levar experiências de sucesso para outras regiões do país



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



# IDENTIFICAÇÃO CIVIL DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA REGRAS VIGENTES E POSSIBILIDADES



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



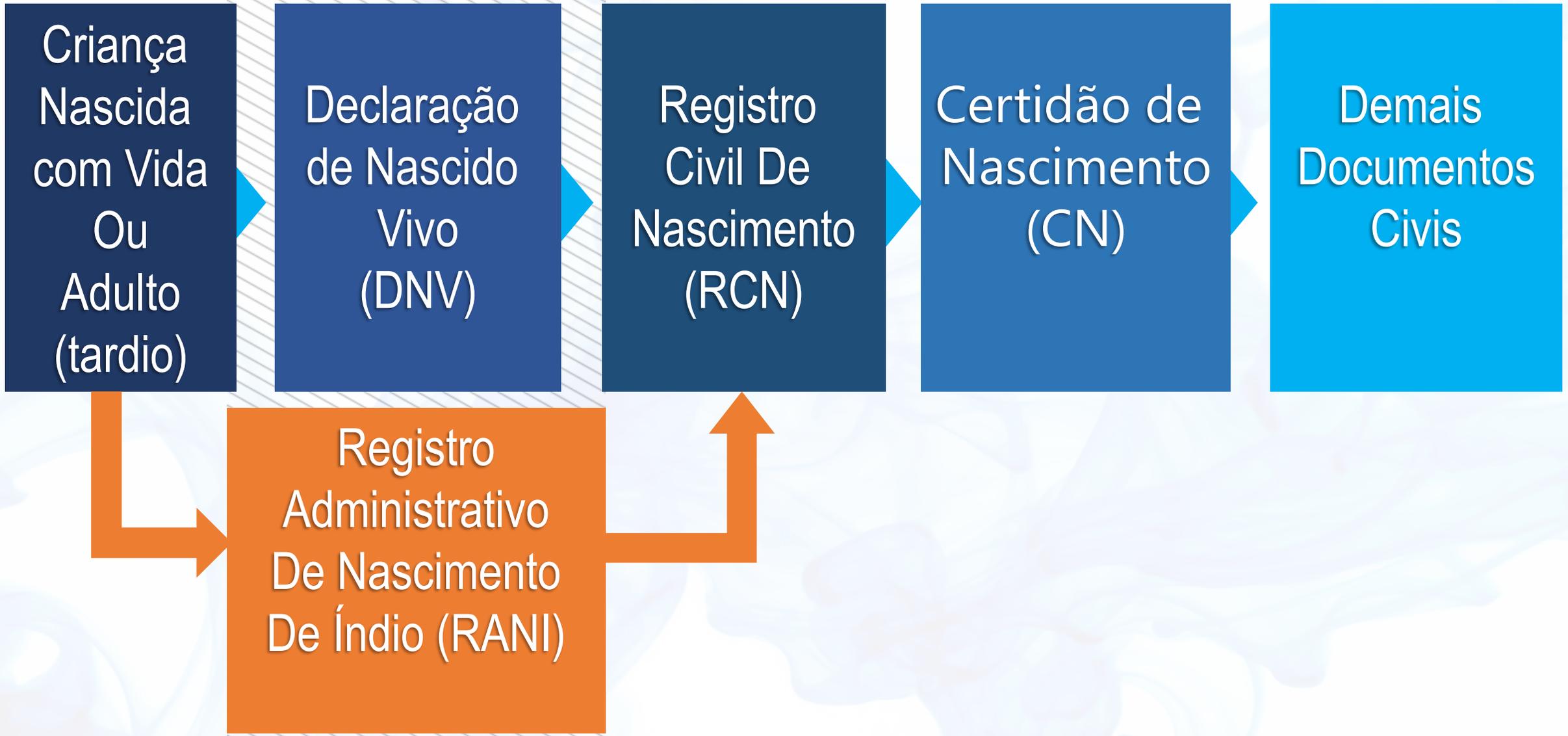
# REGISTRO CIVIL

## BASES LEGAIS

- **Lei nº 6.001/1973**  
Estatuto do Índio
- **Lei nº 6.015/1973**  
Registros Públicos
- **Portaria nº 03/2002/Funai**  
Regulamenta o RANI
- **Resolução Conjunta nº 03/2012/CNJ e CNMP**  
Assento de Nascimento Indígena
- **Decreto nº 10.063/2019**  
Erradicação do Sub-Registro



# REGISTRO CIVIL FLUXO DA DOCUMENTAÇÃO BÁSICA



# Registro de Pertencimento

Res. Conj. nº03/2012/CNJ e CNMP

**Nome indígena (art. 2º)**

**Etnia como  
sobrenome  
(art. 2º, § 1º)**

**Aldeia indígena  
como local de  
nascimento ou  
naturalidade  
(art. 2º, § 2º)**

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

NOME: **KAYOKASE** [REDACTED] **ENAWENE**

CPF: [REDACTED]

MATRÍCULA: [REDACTED]

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO: dezessete de [REDACTED] de dois mil e vinte e um. DIA: 17 MÊS: [REDACTED] ANO: 2021

HORA: 18:00 NATURALIDADE: Comodoro - MT.

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UF: Comodoro - MT LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF: **Aldeia Halataikwa** SEXO: masculino

FILIAÇÃO: [REDACTED] **ENAWENÊ**, natural de Juína-MT e [REDACTED] **ENAWENERO**, natural de Juína-MT, ambos residentes e domiciliados à Aldeia Halataikwa, Zona Rural, neste município de Comodoro - Estado de Mato Grosso.

AVÓS

**[Auto] Declaração como indígena e etnia nas observações (art. 2º, § 3º)**

# PRINCIPAIS DOCUMENTOS CIVIS

- Certidão de Nascimento
- Carteira de Identidade
- Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- Carteira de Trabalho (CTPS)



**WWW.GOV.BR/FUNAI**

Para saber mais:



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA





**OBRIGADO!**



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

## **INSTITUTO PARAGUAYO DEL INDÍGENA (INDI)**

### **INFORME RAPIM 2020-2021**

#### **1. ETNODESARROLLO: INTERCAMBIO DE INFORMACIONES SOBRE BUENAS PRÁCTICAS RELATIVAS A LA PROMOCIÓN DE LAS ACTIVIDADES PRODUCTIVAS Y COMERCIALES INDÍGENAS**

##### **- ORDENAMIENTO JURÍDICO BÁSICO RELATIVO A LA TEMÁTICA**

Por derecho constitucional los pueblos indígenas tienen garantizado la preservación y desarrollo de su identidad étnica, según su pueblos y formas particulares de vida, así como la aplicación de sus sistemas de organización, entre ellas la económica; está prohibida la regresión demográfica, la explotación económica y la alienación cultural. El ente rector de las políticas para pueblos indígenas, INDI, en cumplimiento de la Ley 904/1981 vela por la preservación social y cultural de las comunidades indígenas, la defensa de su patrimonio y sus tradiciones, el mejoramiento de sus condiciones económicas, para asegurar la viabilidad económica y cultural de las familias indígenas, para lo que por cuenta propia o en coordinación con otras instituciones del Estado, ejecuta las acciones necesarias que demandan los asentamientos indígenas; como ser programas de desarrollo de las comunidades indígenas.

Además de las regulaciones ya citadas, las otras reglamentaciones sobre los programas, proyectos y actividades relacionadas al desarrollo comunitario son:

- Convenio 169 de la OIT.
- Decreto 1039/18 “Por la cual se aprueba el; “Protocolo de Consulta y consentimiento Previo Libre e informado con los pueblos indígenas que habitan el Paraguay”.
- Resolución 1324/11 “Por la cual se aprueba el Programa de Apoyo a los pueblos indígenas en su Hábitat”
- Resolución INDI N° 440/2017 “Por la cual se aprueba el nuevo procedimiento para el diagnóstico, elaboración, ejecución y rendición de recursos transferidos por el INDI a las comunidades y organizaciones indígenas en su territorio”.

##### **- PRINCIPALES POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOCIÓN DE LA PRODUCCIÓN POR INDÍGENAS;**

###### Fomento de Actividades Productivas y Comerciales/ Emprendimientos Indígenas:

La Dirección de Etnodesarrollo del INDI acompaña los emprendimientos indígenas ejecutando los proyectos comunitarios que, en consulta y con el consentimiento previo libre e informado, se realizan en los territorios de las comunidades con la participación activa de

sus miembros, dentro del programa “Apoyo a los pueblos indígenas en su hábitat”. Los rubros que abarcan estos proyectos son:

- Producción Agroganadera para consumo comunitario.
- Elaboración y comercialización de Artesanía, Apicultura, Piscicultura, Cría y Comercialización de aves de corral y ganados menores,
- Mejoramiento de infraestructura para la comercialización de productos agrícolas y artesanías, acceso a servicios básicos, espacios de desarrollo cultural entre otros.

Con estos proyectos comunitarios, a pesar de la pandemia se logró beneficiar a casi 200 comunidades indígenas distribuidas en todo el territorio del país, en los años 2020 y 2021.

#### - **Ministerio de Agricultura y Ganadería**

Existen algunas experiencias y antecedentes de apoyo productivo agropecuario para comunidades indígenas, desarrolladas por el Ministerio de Agricultura y Ganadería, que muestran una potencialidad productiva y comercial relevante.

- 1- En ese contexto, se menciona el **Proyecto de Desarrollo Rural Sostenible (PRODERS)** que ha iniciado una serie de acciones destinadas a optimizar el desempeño productivo agrícola de las comunidades indígenas:

El **Proyecto de Desarrollo Rural Sostenible (PRODERS)**<sup>1</sup>, es un proyecto del Gobierno del Paraguay **con financiación del Banco Mundial**, liderado por el Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG) y con la participación del INDERT, INDI, SENACSA, los gobiernos Departamentales y Municipales de todo el país.

Nace como respuesta a la problemática del sector agropecuario y rural paraguayo como ser la magnitud de la pobreza rural, el deterioro ambiental, y el reducido crecimiento de la producción de las explotaciones familiares campesinas en los últimos años.

Abarcó primeramente los departamentos de San Pedro y Caaguazú estableciéndose como meta asistir a 9.150 familias de productores y 1.500 familias indígenas y, el objetivo en la primera fase fue “Mejorar la calidad de vida de los pequeños productores y de comunidades indígenas en el área del Proyecto de una manera sostenible, a través de medidas de apoyo que le permita fortalecer la organización de la comunidad y la autogestión, mejorar la gestión de los recursos naturales y elevar las condiciones socioeconómicas de dichos productores y comunidades”.

El Gobierno Nacional gestionó y obtuvo un préstamo adicional del Banco Mundial a fin de ampliar la cobertura, en principio a tres departamentos más: Concepción, Caazapá y Canindeyú y actualmente tiene cobertura de 15 departamentos, a excepción de Boquerón y

---

<sup>1</sup> El Banco ha ejecutado algunos proyectos de desarrollo rural sostenible en el Brasil en microcuencas hidrográficas y con enfoques participativos, que demostraron ser eficaces, con base en las evaluaciones realizadas por el Banco, y cuyas experiencias fueron consideradas para la implementación del PRODERS. Un ejemplo de ello es el proyecto “Paraná Pobreza Rural de Ordenación de Recursos Naturales”.

Alto Paraguay, incluyendo el Departamento Central, para la cual se han habilitado nuevas coordinaciones.

**Resultados<sup>2</sup>:** En el caso del PRODERS, ha sido particularmente eficaz en reducir la desnutrición en varias comunidades indígenas que ha beneficiado, según los primeros resultados de la Evaluación de Resultados del PRODERS, implementada por el IICA.

En la mayoría de los casos, el incremento del valor de la producción se tradujo en el aumento de los ingresos. De igual forma, la disponibilidad de alimentos como resultado del proyecto favoreció significativamente la seguridad alimentaria de las comunidades. Los estudios muestran un mejoramiento de las condiciones productivas, especialmente con respecto a la productividad por unidad de superficie y, por lo tanto, en mayores ingresos. Esta evaluación también logró identificar la participación de las comunidades indígenas en algunas cadenas de valor. La evaluación mostró también algunos rubros con potencialidad productiva: apicultura, hierbas aromáticas y medicinales (cedrón, burrito, manzanilla), piscicultura y granos (principalmente maíz, poroto, maní).

- 2- Asimismo, el **Proyecto Inclusión de la Agricultura Familiar en Cadena de Valor – Proyecto Paraguay Inclusivo (PPI)<sup>3</sup>** – en curso (2015 – 2023) – cofinanciado por **Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA)**, ha enfocado una parte de sus acciones a planes de micro capitalización para comunidades indígenas:

**OBJETIVO:** Contribuir a incrementar los activos, los ingresos y calidad de vida de los agricultores familiares campesinos pobres y población rural pobre mediante su inserción en forma sostenible y a través de sus organizaciones sociales representativas en Cadenas de Valor, con visión de género y conservación del medio ambiente.

Objetivos específicos del Proyecto i) fortalecimiento de las organizaciones rurales ii) facilitar el vínculo entre los agricultores familiares y las cadenas de valor iii) facilitar a los AFC el acceso al crédito para inversión y para capital de trabajo iv) promover en las fincas familiares de los beneficiarios procesos de diversificación productiva adopción de tecnologías apropiadas aumento de la producción y seguridad alimentaria y v) aumentar oportunidades de empleo para la población rural pobre con énfasis en mujeres y jóvenes.

Ofrece: Tránsito de recursos financieros para la implementación de Planes de Fortalecimiento, Planes de Negocios Articulados y Planes de Micro Capitalización.

El Plan de Fortalecimiento incluye la contratación de técnicos especialistas para la realización de capacitaciones adquisición de equipos informáticos mobiliario básico y diseño de un Plan de Negocios Articulado. El Plan de Negocios Articulado incluye la compra de implementos agrícolas equipos de infraestructura de acopio, equipamiento para el acondicionamiento y procesamiento de la producción, herramientas, construcciones,

---

<sup>2</sup> [https://www.gabinetesocial.gov.py/archivos/documentos/PRODERS%20\\_DOCUMENTO-FINAL-validado\\_u1epz62q.pdf](https://www.gabinetesocial.gov.py/archivos/documentos/PRODERS%20_DOCUMENTO-FINAL-validado_u1epz62q.pdf)

<sup>3</sup> <https://www.ifad.org/es/web/operations/-/project/2000002377>

asistencia técnica (productiva financiero-contable y de negocios), fondos para garantía de créditos (CDA). Cadenas a ser financiadas: mandioca, leche, granos, hortalizas, yerba mate, caña de azúcar, hierbas medicinales.

Plan de Micro Capitalización Para Comunidades Indígenas: Contempla planes productivos que permitan alcanzar la seguridad alimentaria necesaria a nivel comunitario y familiar. Para Poblaciones Vulnerables, Planes de producción agrícola ganadera y artesanía orientados a mercados locales.

Hasta la fecha, casi 7.000 productores de Paraguay han participado en la primera fase del proyecto. (10 comunidades del Grupo 3, que podrían representar en total 1.000 familias, beneficiando a 500 mujeres indígenas. (5 departamentos).

Es importante destacar que la ejecución del plan es realizada por el líder y el tesorero designado por la comunidad, con involucramiento de la propia comunidad. Gastos elegibles: Iniciativas productivas comunitarias de producción: capital semilla, inversiones para la producción (infraestructura, maquinarias, herramientas en general); Elaboración y conservación de alimentos; Mejoramiento de caminos internos; Obtención de agua (pozos, bombas) y reservas de calidad de agua (cisternas y tanques); Mejoramiento e infraestructura socio sanitaria de las viviendas.

- En el contexto de la Emergencia Sanitaria, se elaboró un Plan de Contingencia para paliar efectos negativos en el sector productivo, haciendo énfasis en el fortalecimiento de la Seguridad Alimentaria y Generación de ingresos de las familias que integran la agricultura.

- 3- El proyecto “**Mejoramiento de la inserción a los mercados agrarios de los productores agrarios organizados y comunidades indígenas de la región Oriental**” (PIMA)<sup>4</sup>, financiado por el **Banco Mundial** ha sido formulado por el Ministerio de Agricultura y Ganadería, con el fin de concertar actores involucrados en la producción agraria, en toda la cadena de valor, es decir, la producción primaria, acopio, transformación, comercialización y los prestadores de servicios de apoyo, para llegar al mercado con productos diversos y de calidad.

El objetivo general del proyecto es mejorar la inserción a los mercados de los productores agrarios organizados y de las comunidades indígenas en la Región Oriental, que considera los siguientes objetivos específicos:

- Facilitar la inserción de productores agrarios organizados y comunidades indígenas en proyectos de inversión de cadenas de valor, que incluyan manejo de riesgo climático y prácticas innovadoras;

---

<sup>4</sup> <https://documents1.worldbank.org/curated/en/396951589473524274/text/IP-SSAHUTLC-Planning-Framework-Market-Access-for-Agricultural-Products-Project-P168153.txt>

- Incrementar la capacidad de las organizaciones de productores agrarios y comunidades indígenas para participar activamente en negocios que incluyen prácticas de manejo de riesgo climático;
- Mejorar los servicios públicos orientados a cadenas de valor;
- Gestionar eficiente, eficaz y pertinentemente la intervención en las cadenas de valor.

Los Componentes y subcomponentes del Proyecto, considerados para la estrategia de intervención, son:

- Componente 1. Inversión en subproyectos para inserción en cadenas de valor.

Objetivo específico: facilitar la inserción de productores agrarios organizados y comunidades indígenas a proyectos de inversión de cadenas de valor, que incluyan manejo de riesgo climático y prácticas innovadoras.

- Componente 2. Organizaciones fortalecidas con acceso a mejores servicios públicos de apoyo.

- Componente 2.1 - Desarrollo de capacidades organizacionales para realizar negocios en cadenas de valor. Objetivo específico: incrementar la capacidad de las organizaciones de productores agrarios y comunidades indígenas para participar activamente en negocios que incluyen prácticas de manejo de riesgo climático.

- Componente 2.2 - Infraestructura y capacidad de servicios públicos atienden con enfoque de cadenas de valor. Objetivo específico: mejorar los servicios públicos orientados a cadenas de valor.

- Componente 3. Ejecución, monitoreo y control en articulación con unidades operativas del MAG. Objetivo específico: gestionar eficiente, eficaz y pertinentemente la intervención en las cadenas de valor.

El proyecto estableció su área de influencia e implementación, focalizada en la Región Oriental del Paraguay, que abarca 14 departamentos (Gobernaciones) y 239 distritos (Municipios); con una superficie aproximada es 159.827 kilómetros cuadrados.

Cabe destacar que, la duración del **proyecto se estima en 6 años.**

Considerando la población de beneficiarios, la meta apunta a unos 25.800 productores agrarios de los **cuales 4.200 serán miembros de comunidades indígenas** repartidos en **618 comunidades.**

Actualmente, según el diagnóstico institucional y organizacional del Proyecto, la Población Indígena tiene muy poca vinculación con los diferentes mercados.

Es por esto que el PIMA busca asistir a los pueblos indígenas a través de acciones encaminadas a apoyar los procesos de reconocimiento de sus derechos y mejorar su calidad de vida, asegurando su inserción en actividades productivas.

Estas actividades incluyen segmentos de mercado de la agricultura orgánica, hierbas aromáticas y medicinales, acuicultura, servicios turísticos, artesanías, servicios rurales a la producción y búsqueda de mecanismos de participación y reconocimiento jurídico y económico de servicios ambientales, mandato que será fortalecido a través de la DEAg/MAG, con el acompañamiento del INDI y serán implementadas considerando los intereses y las decisiones planteadas por los PI a través del mecanismo de Consultas Libre, Previas e Informadas, para el diseño de los Planes de Pueblos Indígenas (PPI), en conformidad con los Estándares Ambientales y Sociales del Banco Mundial, y, sobre todo, con los objetivos, componentes y subproyectos establecidos en el proyecto del MAG.

Por otro lado, el proyecto desarrollará acciones de fortalecimiento organizacional para realizar negocios en cadenas de valor que puedan incluir a comunidades indígenas.

Cabe mencionar, que el desarrollo del MPPI se articuló con el Instituto Paraguayo del Indígena (INDI), e incluye acciones para fortalecer el funcionamiento del ente, en lo que hace a la regularización de tierras y la documentación de identidad. Asimismo, el INDI acompañará como observador la implementación de los procesos de CLPI de cada PPI.

A través de las experiencias e iniciativas desarrolladas con las comunidades indígenas, por medio de proyectos como el PPI, el PRODERS e inclusive la Federación de Cooperativas de la Producción (FECOPROD) con el Programa de Cadenas de Valor Inclusivas, se pueden notar resultados correspondientes a la **producción orgánica, ferias productivas y artesanales, sobre todo en rubros como yerba mate y productos hortícola**. Estas experiencias han mostrado una incidencia muy positiva en la estructura de ingresos de las comunidades, debido a que se ha logrado comercializar la producción.

\*\*\*

## **INSTITUTO PARAGUAYO DEL INDÍGENA (INDI)**

### **INFORME RAPIM 2020-2021**

#### **5. ACCESO A DOCUMENTACIÓN CIVIL BÁSICA: POSIBILIDADES DE IDENTIFICACIÓN DE LA POBLACIÓN INDÍGENA EN LOS REGISTROS CIVILES.**

Es indígena aquella persona de uno de los 19 pueblos de las 5 familias lingüísticas que habitan el país, la descendiente de Madre y Padre indígena o Madre indígena o Padre indígena y viva en la comunidad o en contacto con su ser étnico respetando las reglas de su pueblo y practicando su cultura.

A aquella persona que viva en la comunidad o entorno étnico o esté casado/a, o unido/a un/a indígena, pero no tiene vínculo sanguíneo comprobable con un/a indígena, el INDI no puede proveerle el carnet de identidad étnica.

El indígena nacido dentro del territorio de la república obtiene la nacionalidad paraguaya, del mismo modo que aquel que la adopta mediante las formas establecidas en nuestras leyes y obtiene la ciudadanía a los 18 años de edad, lo cual le da el derecho a votar por las autoridades tanto nacionales como departamentales y locales, así mismo cumpliendo los requisitos legales pueden candidatarse a un puesto electivo.

Ya sabiendo cómo se determina la identidad como indígenas, sabemos que al contar con sus documentos de identidad étnica los miembros de las comunidades indígenas acceden a los derechos y beneficios que el Estado brinda al pueblo a través de los programas, proyectos y acciones de las distintas instituciones del Gobierno.

La identidad incluye nombre, apellido, fecha de nacimiento, sexo y nacionalidad en la cédula de identidad civil; y en el caso de los miembros de los Pueblos Indígenas en nuestro país, ellos se auto identifican como indígenas a través de un carnet en el cual se detalla la etnia a la cual pertenecen y la comunidad en la que habitan o de la cual provienen.

El Instituto Paraguayo del Indígena, INDI a través de su Dirección de Registro de Comunidades e Identidad étnica, expide un Carnet de Pertenencia Étnica, a los indígenas en el INDI o llegando a las comunidades y esto último se realiza a través de un cronograma pre establecido, según pedidos de las propias comunidades a modo de llegar a la mayor cantidad de indígenas con el fin de asegurar el ejercicio efectivo de la ciudadanía y la participación de los Pueblos Indígenas en los procesos de formación del Estado.

Beneficios de los miembros de los pueblos y comunidades indígenas:

- Gratuidad a la expedición de Carnet de Pertenencia Étnica para sus miembros.
- Gratuidad en la inscripción en el Registro Civil de Nacimiento y expedición de los certificados para sus miembros.

- Gratuidad de la expedición de Cédulas Nacionales de Identidad para sus miembros.
- Gratuidad de la expedición de antecedentes judiciales.
- Prestar servicios sociales, civiles o militares de manera opcional.

El Instituto Paraguayo del Indígena en el 2020 entregó el carnet de identidad étnica a 10.000 indígenas de 50 comunidades y en lo que va del 2021 a 11.900 indígenas pertenecientes a 110 comunidades.

\*\*\*



Dirección General del  
**REGISTRO  
DEL ESTADO CIVIL**



Ministerio de  
**JUSTICIA**

 **GOBIERNO  
NACIONAL**

*Paraguay  
de la gente*



# INSCRIPCIÓN DE NACIMIENTO



- Toda persona tiene derecho a un nombre y apellido que debe ser inscripto en el Registro del Estado Civil.
- La inscripción de nacimiento es el asiento registral que da la filiación del inscripto, realizada ante el Oficial del REC.

# INSCRIPCIÓN DE NACIMIENTO REQUISITOS



Documentos requeridos en caso de Nacimiento **CON y SIN** Asistencia Médica

## **CON** Asistencia Médica

CERTIFICADO DE NACIDO VIVO	DOCUMENTO ORIGINAL
DOCUMENTO DE IDENTIDAD VIGENTE DE LOS PADRES	FOTOCOPIA SIMPLE
CERTIFICADO DE MATRIMONIO O LIBRETA DE FAMILIA	DOCUMENTO ORIGINAL

## **SIN** Asistencia Médica

DOCUMENTO DE IDENTIDAD VIGENTE DE LOS PADRES Y DOS TESTIGOS	FOTOCOPIA SIMPLE
---	------------------





# OBSERVACIÓN

**EN TODOS LOS CASOS QUE SE REQUIERA DOCUMENTO DE IDENTIDAD DE LOS RECURRENTES, SE DEBERÁ PRESENTAR TAMBIÉN EL ORIGINAL DE DICHS DOCUMENTOS QUE UNA VEZ REALIZADA LA VERIFICACIÓN SERÁ DEVUELTO A LOS MISMOS Y SERÁN ARCHIVADAS LAS FOTOCOPIAS**



# INSCRIPCIÓN DE NACIMIENTO REQUISITOS



**PUEDE PRESENTARSE PARA LA INSCRIPCIÓN DE RECONOCIMIENTO  
SOLO LA MADRE O AMBOS PADRES**

## OBSERVACIÓN

EL CARNET EXPEDIDO POR EL INDI ES UN COMPLEMENTO, SE ADJUNTA UNA FOTOCOPIA AL DOCUMENTO, CORROBORANDO TAMBIÉN CON LA LIBRETA DE VACUNACION; ES PARA TENER CERTEZA DE LOS DATOS DE LA CRIATURA (NOMBRE Y FECHA DE NACIMIENTO).

## LEY 904/81

*Constitución Nacional Art. 64: El INDI estará eximido del pago de todos los impuestos, gravámenes y tributos fiscales y recargos cambiarios, comprendiéndose entre ellos, sin ser limitativo, los siguientes:  
inc. b) Impuestos de papel sellado y estampillas;*



# INSCRIPCIÓN MASIVA DE NACIMIENTO



# INSCRIPCIÓN MASIVA DE NACIMIENTO





Dirección General del  
**REGISTRO  
DEL ESTADO CIVIL**

**CONTACTO:**



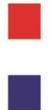
+(595 21) 560 403/7

 [contacto@registrocivil.gov.py](mailto:contacto@registrocivil.gov.py)

[www.registrocivil.gov.py](http://www.registrocivil.gov.py)



Ministerio de  
**JUSTICIA**

 **GOBIERNO  
NACIONAL**

*Paraguay  
de la gente*



Dirección General del  
**REGISTRO  
DEL ESTADO CIVIL**



Ministerio de  
**JUSTICIA**

 **GOBIERNO  
NACIONAL**

*Paraguay  
de la gente*

# Nova Funai



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



# Promoção do etnodesenvolvimento

- R\$ 30 milhões investidos nos últimos 2 anos
- Entrega de cerca de 40 tratores em 2021
- Apoio a projetos sustentáveis em todas as regiões do país
- Resultados alcançados: autonomia, geração de renda, fortalecimento cultural, melhoria das condições de vida nas aldeias



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

# Terra Indígena Pareci, Nambikwara e Manoki – Mato Grosso



- 05 TIs: 03 Pareci, 01 Manoki e 01 Nambikwara;
- Mais de 2.000 indígenas – direta e indiretamente beneficiadas;
- 20.000 hectares de área plantada;
- R\$120 milhões/ano;
- 15 anos de esforços;
- Regularização ambiental em andamento;
- Plantio sem crédito ou financiamento público;
- Atividade realizada em aproximadamente 1,7% da área indígena.



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



# Xavante – Mato Grosso

- Terra Indígena Sangradouro;
- Produção de 106 toneladas de arroz, o equivalente a 2.630 sacas do produto;
- 50 hectares de área plantada;
- Mais de 3.000 indígenas beneficiados de 57 aldeias;
- A conquista faz parte do Projeto Independência Indígena, iniciativa que busca incentivar a produção sustentável em comunidades indígenas do estado e recebe o apoio da Funai.



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

# Café Indígena

## Paiteer Suruí - Rondônia

- 5º Lugar na Semana Internacional do Café em Belo Horizonte/2019;
- Café Robusta Amazônico (Canéfora);
- 1.500 sacas comercializadas, a R\$ 700,00/cada Café "gourmet" tipo exportação;
- Parceria com o Grupo 3Corações;
- Previsão de expansão de 30.000 pés, para 100.000 pés de café;
- Produção em 0,5% da área indígena, principalmente em áreas já antropizadas.



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL



## Cinta Larga – Terra Indígena Roosevelt e Parque Aripuanã – Rondônia e Mato Grosso

- Aproximadamente 60 toneladas de castanha comercializadas pelos indígenas Cinta Larga em duas Terras Indígenas: Roosevelt e Parque Aripuanã;
- A Cooperativa Extrativista de Castanhas Indígenas - COOCASIN - já mobiliza mais de 200 pessoas;
- Parcerias entre os indígenas, Funai, Embrapa, Governo do Estado de Rondônia e prefeituras locais.



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



## PROJETOS – REGIÃO NORDESTE



### Potiguaras

18% do camarão da Paraíba, 200 famílias envolvidas, receita de R\$ 1,5 milhão/ano. 33.000 hectares de área indígena, com atividade desenvolvida em espelho d'água de 130 hectares;

5.000 hectares de cana-de-açúcar, com 215.986 toneladas, com retorno de mais de R\$ 14 milhões/ano;

### Xokó-Kariri da Ilha de São Pedro

Produtores de mel, em processo de criação de Identificação Geográfica de Mel da Caatinga e Construção de Casas do Mel;

### Produção de Biscoitos das Mulheres Kiriri

Associação Comunitária Kiriri Santo André da Marcação, obteve o Selo Indígenas do Brasil em carnes de ovino, caprino, bovino, suíno, frango, ovos, castanha de caju, feijão, milho e produtos olerícolas (hortaliças);



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA





## Pesca Esportiva em TIs no Brasil

### 16 Experiências em Andamento:

- TI Pequizal do Naruvôtu;
  - TI Kayabi;
  - 02 TI Kayapó – 01 comunidade Kendjam e 01 comunidades Médio Xingu;
  - TI Tenharin Marmelos da Gleba B;
  - TI Médio Rio Negro II - Rios Jurubaxi, Uneuixi e Curicuriari;
  - TI Parque do Xingu, Aldeias Ngahünga, Kalapalo, Waurá, Morená, Moygu e Arayó;
- Em Abril de 2019, assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre Funai e a Confederação Brasileira de Pesca Esportiva.



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA





## Desafios e perspectivas para 2022

- Impulsionar ainda mais a produção sustentável nas aldeias
- Dar continuidade à entrega de tratores efetuada em 2021
- Ampliar o acesso dos indígenas ao crédito
- Firmar novas parcerias para a capacitação dos indígenas
- Levar experiências de sucesso para outras regiões do país



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



# IDENTIFICAÇÃO CIVIL DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA REGRAS VIGENTES E POSSIBILIDADES



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



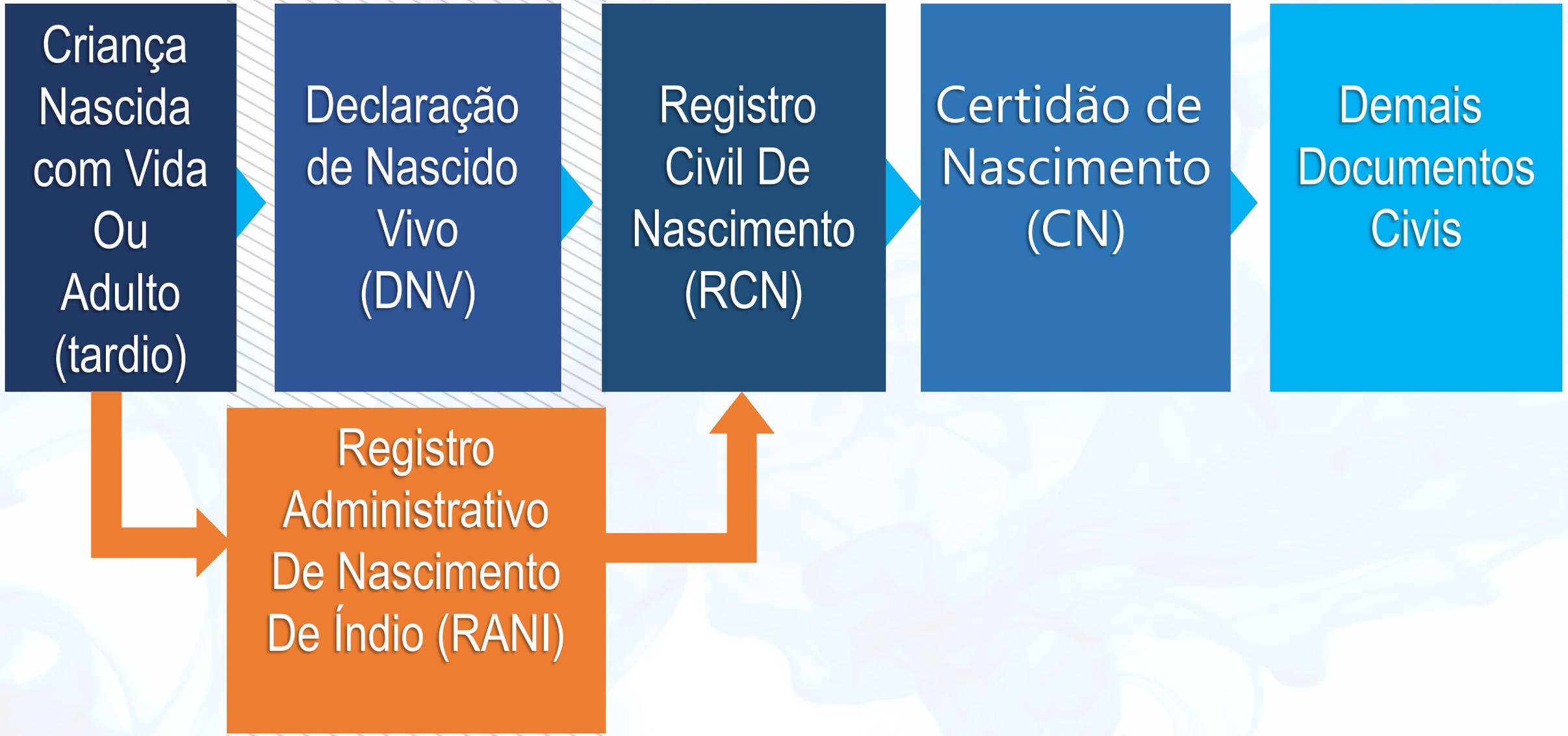
# REGISTRO CIVIL

## BASES LEGAIS

- **Lei nº 6.001/1973**  
Estatuto do Índio
- **Lei nº 6.015/1973**  
Registros Públicos
- **Portaria nº 03/2002/Funai**  
Regulamenta o RANI
- **Resolução Conjunta nº 03/2012/CNJ e CNMP**  
Assento de Nascimento Indígena
- **Decreto nº 10.063/2019**  
Erradicação do Sub-Registro



# REGISTRO CIVIL FLUXO DA DOCUMENTAÇÃO BÁSICA



# Registro de Pertencimento

Res. Conj. nº03/2012/CNJ e CNMP

**Nome indígena (art. 2º)**

**Etnia como  
sobrenome  
(art. 2º, § 1º)**

**Aldeia indígena  
como local de  
nascimento ou  
naturalidade  
(art. 2º, § 2º)**

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

NOME: **KAYOKASE** [REDACTED] **ENAWENE**

CPF: [REDACTED]

MATRÍCULA: [REDACTED]

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO: dezessete de [REDACTED] de dois mil e vinte e um. DIA: 17 MÊS: [REDACTED] ANO: 2021

HORA: 18:00 NATURALIDADE: Comodoro - MT.

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UF: Comodoro - MT LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF: **Aldeia Halataikwa** SEXO: masculino

FILIAÇÃO: [REDACTED] **ENAWENÊ**, natural de Juína-MT e [REDACTED] **ENAWENERO**, natural de Juína-MT, ambos residentes e domiciliados à Aldeia Halataikwa, Zona Rural, neste município de Comodoro - Estado de Mato Grosso.

AVÓS

**[Auto] Declaração como indígena e etnia nas observações (art. 2º, § 3º)**

# PRINCIPAIS DOCUMENTOS CIVIS

- Certidão de Nascimento
- Carteira de Identidade
- Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- Carteira de Trabalho (CTPS)



**WWW.GOV.BR/FUNAI**

Para saber mais:



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA





**OBRIGADO!**



MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA E  
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL